



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

## O pedido de desculpas: a articulação do discurso sobre *compliance* pelas empresas no escândalo de corrupção da Lava Jato<sup>1</sup>

Aline Lima Brandão<sup>2</sup>  
(UERJ/ IBMEC-RJ)

### Resumo

O objetivo deste paper é compreender como as empresas Andrade Gutierrez e Odebrecht articulam o discurso sobre suas práticas de corrupção nas comunicações institucionais divulgadas à imprensa, considerando, em especial, os textos que tratam dos acordos de leniência estabelecidos por conta da operação Lava Jato. A análise busca entender como esses atores adequam a narrativa em relação às suas respectivas participações no escândalo midiático e anunciam medidas de *compliance* e conformidade em uma tentativa de restaurar a confiança e a reputação perante a sociedade.

**Palavras-chave:** *compliance*; Lava Jato; corrupção.

### Introdução

Ao conversar com um alto executivo de uma grande empresa multinacional sobre práticas de conformidade e *compliance*, ouvi o irônico questionamento: “*Quer mesmo saber sobre compliance? Você entra em cozinha de restaurante?*”<sup>3</sup>. Em tom de desabafo, a fonte disse que apesar de o tema ser muito falado no dia a dia das empresas, na prática, poucos gestores das empresas se interessam realmente pela criação de uma cultura de ética nos negócios. O executivo declarava, desiludido, que o *compliance*, na maioria das companhias, foi burocratizado, resumindo-se a ter um código de ética e um conjunto de procedimentos “só para dizer que tem”. Fazer negócios e manter relações comerciais com uma determinada empresa significaria também fazer uma escolha: entrar na cozinha ou ficar apenas no

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 04 – Comunicação, Consumo e Institucionalidades, do 7º Encontro de GTs de Pós-Graduação - Comunicon, realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2018.

<sup>2</sup> Aline Lima Brandão é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ) e professora do Ibmecc-RJ. E-mail: brandao.lima.aline@gmail.com

<sup>3</sup> Registra-se que o diálogo aconteceu em um contexto informal, que não se referia à pesquisa de doutorado em andamento. Ainda assim, foi reproduzido aqui, preservando a identidade da fonte e da empresa, por se tratar de uma analogia ilustrativa sobre o assunto em questão.



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

salão. Subjacente à analogia, registra-se o ceticismo da fonte sobre práticas de *compliance* ainda que fosse o responsável pela área em uma grande empresa. Mas, afinal, o que é *compliance*? Traduzido como conformidade, o termo, em geral, é usado em inglês no jargão corporativo. O verbo “*to comply*” significa obedecer, concordar, consentir. *Compliance* seria, então, agir de acordo com as regras e a legislação.

A proposta deste paper consiste em entender como se instaura o discurso de boas práticas pelas empresas envolvidas na Lava Jato, sobretudo, a partir dos acordos de leniência firmados com o Ministério Público Federal. Estabelecido pela lei Anticorrupção (nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), o acordo de leniência é celebrado entre a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública com as pessoas jurídicas responsáveis pelos atos ilícitos previstos na legislação. Por meio deste instrumento jurídico, as empresas devem admitir a participação e cooperar permanentemente até o fim das investigações. Também se comprometem a cessar as irregularidades práticas e devem fornecer informações que comprovem as informações. Em contrapartida, podem receber isenção da proibição de receber incentivos, subsídios e empréstimos do Governo Federal, obter redução da multa em 2/3 e não são declaradas inidôneas, ou seja, podem continuar a prestar serviços e ter contratos com a Administração Pública. Os acordos de leniências firmados na operação Lava Jato foram estabelecidos com o Ministério Público Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Neste artigo, as fontes de informação utilizadas foram, primeiramente, a página do Ministério Público Federal dedicada à Lava Jato para identificar quais empresas fecharam acordo com o órgão<sup>4</sup>. Foram destacadas como notícias no site os termos de leniência firmados por: Andrade Gutierrez, Carioca Engenharia, Odebrecht e Camargo Correa. Há ainda a referência à não homologação do acordo de leniência da SBM Offshore e SBM Holding. A partir desse levantamento, consideramos como esses acordos foram divulgados pelas empresas a partir dos websites institucionais na área dedicada à imprensa.

O objetivo é identificar como essas companhias articulam o discurso sobre suas práticas de corrupção perante a sociedade. E, neste sentido, o termo *compliance* ganha destaque, passando a denominar um conjunto de normas e políticas internas à empresa para estar em conformidade à legislação. No site da Carioca Engenharia, há um pequeno parágrafo sobre *compliance* mas nenhuma

<sup>4</sup> <http://lavajato.mpf.mp.br>, acesso em 31/07/17.



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

referência aos acordos firmados, nem na parte dedicada à imprensa, que mantém apenas o contato da assessoria. Na página da Camargo Correa consta apenas a informação sobre a criação da vice-presidente de Governança Corporativa e *Compliance* em 2015. Por conta dessa ausência de informações, este paper se dedica à análise discursiva dos posicionamentos das empresas Andrade Gutierrez e a Odebrecht.

### O discurso empresarial e ascensão do termo “*compliance*”

Em 09 de maio de 2016, a Andrade Gutierrez<sup>5</sup> veiculou no seu site o release divulgado à imprensa “Pedido de desculpas e manifesto por um Brasil melhor”. O anúncio foi feito após a conclusão da negociação do acordo de leniência com o Ministério Público Federal e homologado pelo juiz Sérgio Moro quatro dias antes. No texto, a empresa afirma:

é o momento de a empresa vir a público e admitir, de modo transparente perante toda a sociedade brasileira, seus erros e reparar os danos causados ao país e à própria reputação da empresa. Além do pagamento de indenização de R\$ 1 bilhão, previsto no acordo de leniência, a Andrade Gutierrez deve um sincero pedido de desculpas ao povo brasileiro. Reconhecemos que erros graves foram cometidos nos últimos anos e, ao contrário de negá-los, estamos assumindo-os publicamente. Entretanto, um pedido de desculpas, por si só, não basta: é preciso aprender com os erros praticados e, principalmente, atuar firmemente para que não voltem a ocorrer. (...) Sabemos que o processo de aprimoramento desse modelo é longo, mas queremos reforçar nosso compromisso de sermos absolutamente intolerantes com qualquer tipo de desvio ético ou moral.

O texto, elogioso aos esforços da Lava Jato, diz ainda: “É com esperança em um Brasil melhor e mais justo que assistimos aos recentes avanços trazidos pela atuação do Ministério Público Federal, dos Juízes condutores deste processo e das demais instâncias do Poder Judiciário brasileiro”. Em seguida, a empresa elenca as iniciativas institucionais desenvolvidas para reforço dos valores éticos e morais dentro da empresa como, por exemplo, a adoção de um “moderno modelo de *Compliance*,

---

<sup>5</sup> A Andrade Gutierrez na seção “Como Fazemos” incluiu um item dedicado exclusivamente dedicado a “*Compliance* e Integridade”. Na página é possível ler documentos institucionais como o relatório de *Compliance* e Integridade, o Código de Ética e Conduta, a Norma de Relacionamento com o Poder Público, além de vídeos e um canal de denúncias sobre violações à Política de Conformidade da companhia.



**COMUNICON2018**  
congresso **internacional**  
**comunicação e consumo**

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

baseado em um rígido Código de Ética e Conduta”, segundo o site. Por fim, destaca um conjunto de oito propostas para “trazer mais transparência e eficiência para todo o mercado, resultando em um Brasil melhor”<sup>6</sup>. Em síntese, são oito sugestões que, na avaliação da Andrade Gutierrez, trariam o aprimoramento das licitações públicas no Brasil. Dentre os itens listados estão a obrigatoriedade do estudo de viabilidade técnico-econômica antes da abertura do edital de concorrência, do projeto executivo de engenharia anterior à licitação e da obtenção de licenças-ambientais antes do início das obras. As propostas incluem ainda que as obras só podem ser iniciadas com a garantia de disponibilidade de recursos financeiro e que as decisões sejam tomadas por “profissionais técnicos concursados e sem filiação partidária. O acordo afirma ainda “que a Operação Lava Jato poderá servir como um catalisador para profundas mudanças culturais, que transformem o modo de fazer negócios no país”.

A página da Odebrecht é a mais completa e que traz mais referências acerca dos desdobramentos da Lava Jato. Os resultados financeiros marcam, conforme as palavras do site, a “virada de página” na história da companhia. O documento mais emblemático é o release intitulado “Desculpe, a Odebrecht errou”<sup>7</sup>, divulgado em 1º de dezembro de 2016.

A Odebrecht reconhece que participou de práticas impróprias em sua atividade empresarial. Não importa se cedemos a pressões externas. Tampouco se há vícios que precisam ser combatidos ou corrigidos no relacionamento entre empresas privadas e o setor público. O que mais importa é que reconhecemos nosso envolvimento, fomos coniventes com tais práticas e não as combatemos como deveríamos. Foi um grande erro, uma violação dos nossos próprios princípios, uma agressão a valores consagrados de honestidade e ética. Não admitiremos que isso se repita. Por isso, a Odebrecht pede desculpas, inclusive por não ter tomado antes esta iniciativa. (...) A Odebrecht aprendeu várias lições com os seus erros. E está evoluindo. Estamos comprometidos, por convicção, a virar essa página.

A Odebrecht informa que pela qualidade das suas entregas não teria a necessidade de ter cometido tais desvios para conquistar contratos. No “Compromisso com o Futuro”, o informativo traz um conjunto de dez regras que passaram a ser adotadas por todos os funcionários das empresas do grupo. Uma das recomendações chama, particularmente, atenção: “Jamais invocar condições culturais

<sup>6</sup> <http://www.andradegutierrez.com.br/Imprensa.aspx#649>, acesso em 12/07/17.

<sup>7</sup> <https://www.odebrecht.com/pt-br/comunicacao/releases/desculpe-a-odebrecht-errou>, acesso em 12/07/17.



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

ou usuais do mercado como justificativa para ações indevidas”. Em reportagens de corrupção anteriores à Lava Jato, é possível encontrar entrevistas de executivos que atribuem suas práticas a condições culturais. O texto institucional se encerra ainda com a frase de apoio à Lava Jato: “Apoiamos os que defendem mudanças estruturantes que levem governos e empresas a seguir, rigorosamente, padrões éticos e democráticos”.

Podemos circunscrever a estruturação desta narrativa institucional à compreensão da corrupção como um fenômeno contemporâneo. O discurso produzido de forma totalmente controlada, selecionada, organizada e redistribuída (Foucault, 1970, p. 8-9) funciona, nesse sentido, como um importante instrumento de organização para estruturação de um determinado imaginário social. Integridade, transparência, ética e adoção de novos sistemas de conformidade surgem como as novas palavras de ordem. Considerando as ideias apresentadas por Janine Wedel (2012), é possível compreender a ascensão dos termos *compliance* e conformidade ao surgimento daquilo que a autora chama de “indústria da anticorrupção” surgida no início da década de 90.

Nesta estruturação discursiva, observa-se como as empresas culpabilizam o Poder Público por práticas ilícitas. A Odebrecht alega “ter cedido a pressões externas”, ao passo que a Andrade Gutierrez, ao propor medidas “por um Brasil melhor” destaca em todos os itens medidas que devem ser tomadas pelo Poder Público. Se, por um lado, há um pedido formal de desculpas, por outro, há uma responsabilização do Outro, como se ambas empresas tivessem sido vítimas do sistema político vigente. As medidas de *compliance* surgem como uma forma de ordenamento discursivo no interior da empresa, ao mesmo tempo em que, disciplinam novas práticas e estabelecem regras de conduta individualizadas para cada funcionário. Desta forma, se porventura vir a acontecer outro escândalo, a conduta, provavelmente, será atribuída ao único funcionário “corrupto”, a “maçã podre”, enfatizando unicamente a culpa individual.

Em análise sobre o golpe que resultou no afastamento da presidente Dilma Rousseff, Jessé Souza (2016) busca desvelar a hipocrisia do discurso relacionado à “refundação moral do Brasil”, destacando os interesses corporativos que integram a agenda sobre corrupção. O autor está



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

particularmente interessado em compreender como “as vantagens corporativas e estratégias políticas de captura do Estado são encobertas sob o véu espaçoso da farsa de ‘guardião da moralidade pública’” (Souza, 2016, p. 16). Nesse cenário, os pedidos de desculpas, juntamente com a culpabilização do Poder Público e de certo modo a “fulanização da corrupção, da qual nos fala o autor, se constitui como uma alternativa para entender o comportamento dessas empresas perante a mídia, em uma tentativa de recuperar a credibilidade e a reputação. As medidas de conformidade anunciadas e as desculpas formais, nesse sentido, reconfiguram parcialmente a característica “amoral” do capitalismo moderno, apontada por Souza (pg. 21). Tanto a Andrade Gutierrez quanto a Odebrecht se veem diante da necessidade de se justificar moralmente para recuperar o capital simbólico, mesmo que tais justificativas morais reforcem a hipocrisia deste discurso de refundação moral. O discurso que culpa o Estado não é novidade no Brasil. Paulo Vaz (2008), ao analisar como os conceitos de risco e negligência, crimes, acidentes e catástrofes são construídos como dependentes de decisões políticas, afirma como o tamanho e a burocratização do Estado são referenciais usados para se pensar a imoralidade e a ineficiência do Poder Público. Soma-se a isso o imaginário associado à corrupção e incompetência de funcionários públicos e políticos (Vaz, 2008, p. 58).

## **Escândalo e corrupção**

Os primeiros grandes escândalos de corrupção enfrentado por ambas empresas – Andrade Gutierrez e Odebrecht – no período pós-redemocratização foram, em 1992, no impeachment de Collor de Mello, e, em 1993, com os “Anões do Orçamento”. Neste episódio, parlamentares de diferentes partidos faziam emendas parlamentares para a realização de grandes obras direcionadas, posteriormente, para as empreiteiras. Em troca, ganhavam “comissões”. A delação premiada do ex-diretor de Relações Institucionais da Odebrecht, Claudio Melo Filho, indica que a crise mudou a forma de atuação da empresa. Ao invés de negociar individualmente com os parlamentares em nível federal, os executivos passaram a pressionar diretamente governadores e prefeitos que, por sua vez, passaram a cobrar de suas respectivas bancadas<sup>8</sup>. As delações da Odebrecht no âmbito da Lava Jato<sup>9</sup> foram

<sup>8</sup><http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/anoes-do-orcamento-fizeram-odebrecht-mudar-estrategia-no-congresso-diz-delator/>, acesso em 10/07/17.

<sup>9</sup>[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/14/politica/1492191807\\_068374.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/14/politica/1492191807_068374.html), acesso em 17/07/2107.



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

consideradas emblemáticas pelas cifras e pela quantidade de políticos citados tanto do Brasil quanto no exterior, em especial, na América Latina.

Emílio Odebrecht<sup>10</sup>, em entrevista concedida ao Jornal do Brasil, em 24 de maio de 1992, tentava explicar a atuação da Odebrecht diante das acusações de contribuir com o esquema de corrupção de Paulo César Farias durante o governo Collor. Questionado se já havia subornado alguém, respondeu:

Emílio Odebrecht – Essa é a pergunta que... primeiro vamos analisar o que é subornar...(…) Então, o que é hoje a corrupção nesse país? Eu acho que a sociedade toda é corrompida e ela corrompe. Hoje para o sujeito resolver alguma coisa, para sair de uma fila do INPS, encontra os seus artifícios de amizade, de um presente ou de um favor. Isso é considerado um processo de suborno. O suborno não é um problema de valor, é a relação estabelecida. (APUD Campos, 2015, pg. 28)

Nessa mesma entrevista, Emílio Odebrecht justifica as ações do grupo empresarial alegando que “era a forma como as coisas funcionavam”, assumindo como agia para que um determinado “processo [não] durma na mesa”. As “coisas” continuaram funcionando da mesma forma nos anos subsequentes, como indicou o mesmo Emílio Odebrecht durante no depoimento de delação premiada divulgado na imprensa em 17 de abril de 2017. Ele afirmou: “o que nós temos no Brasil não é um negócio de cinco anos, dez anos. Nós estamos falando de 30 anos”. Durante a fala, Emílio Odebrecht, inclusive, se mostra surpreso e, de certa forma, magoado com o que chama de “demagogia da imprensa”.

Emílio Odebrecht: Isso. Então, tudo o que está acontecendo é um negócio institucionalizado. Era uma coisa normal. Em função de todos esses números de partidos onde o que eles brigavam... Era por quê? Por cargos? Não. Todo mundo sabia que não era. Era por orçamentos gordos. O que eles queriam era orçamentos gordos. Ali, então, os partidos colocavam seus mandatários com a finalidade de arrecadar recursos para o partido e para os políticos. É há 30 anos que se faz isso. (...) o que me surpreende é quando eu vejo todos esses poderes, a imprensa, tudo, realmente, como se isso fosse uma surpresa. Olhe, me incomoda isso. Entendeu? Não exime em nada a nossa responsabilidade. Não exime em nada a nossa benevolência. Não exime em nada que nós, praticamente, passamos a olhar isso como normalidade porque 30 anos... é difícil as coisas não passarem a ser normais. Agora, os mais velhos, chefe, os da minha

<sup>10</sup> Foi sucedido na direção da empresa pelo filho Marcelo Odebrecht em 2008. Voltou a ter participação mais direta na gestão da companhia quando o sucessor foi preso, em 2015, como um dos desdobramentos da operação Lava Jato.



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

geração, me perdoem, eu não aceito essa omissão. Não aceito. E de nenhuma área. É importante que haja a compreensão disso. Isso é uma realidade. E a própria imprensa. Vamos botar em panos claros, quer dizer, essa imprensa sabia disso tudo e fica agora com essa demagogia. Me perdoe. Eu realmente acho que todos deveriam fazer uma lavagem de roupa nas suas casas.

O jornal Folha de S.Paulo, no obituário do fundador da empresa Noberto Odebrecht, publicado no periódico em 19 de julho de 2014<sup>11</sup>, é ilustrativo ao rememorar episódios que marcaram a reputação da empreiteira na década de 1990. O jornal lembra que a Odebrecht teria contribuído para o esquema do tesoureiro PC Farias e foi acusada de manipular concorrências e a gestão do orçamento. Na época, o então senador e relator da CPI, José Paulo Bisol, chegou a afirmar que a Odebrecht dirigia um cartel de corrupção das empreiteiras e que era um Estado paralelo e secreto<sup>12</sup>. A companhia reagiu classificando as acusações como levianas. Outra declaração célebre do empresário falecido foi a resposta à pergunta se algum funcionário tinha cometido irregularidades. À qual, ele respondeu: “*Se cometeu, é porque foi forçado por aquele que ele tem satisfazer [o cliente], quase sempre o governo*”.

A frase acima ilustra o agente privado como uma espécie de vítima do modelo existente. O discurso segue sendo adotado como uma estratégia de defesa da companhia para refazer a sua reputação. Em depoimento recente à Justiça Eleitoral, no depoimento para cassação da chapa Dilma-Temer, Marcelo Odebrecht teria afirmado: “Eu não era o dono do governo, eu era o otário do governo. Eu era o bobo da corte do governo”<sup>13</sup>. As práticas e as estratégias empresariais da Odebrecht caminharam, de um modo geral, *pari passu* ao Estado, sobretudo se considerarmos os escândalos mais recentes que envolvem a empresa na operação Lava Jato. Quando Marcelo Odebrecht foi preso em junho de 2015, seu pai, Emílio, teria ameaçado “É para resolver essa lambança. Ou não haverá República na segunda-feira”. Outra frase atribuída a ele antes da prisão propriamente dita de seu filho foi: “Se prenderem o Marcelo, terão de arrumar mais três celas (...) Uma para mim, outra para o Lula e outra ainda para a Dilma”. Teve República nas segundas-feiras subsequentes, mesmo com a

<sup>11</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1488680-norberto-odebrecht- aproveitou-as-privatizacoes-e-encarou-escandalos.shtml>, acesso em 17 de novembro de 2016.

<sup>12</sup> “*Não é um poder paralelo. É superior. O Estado brasileiro é instrumento nas mãos dele*”. Aspas de Bisol, de acordo com os jornais da época. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/27/brasil/38.html>, acesso em 17 de novembro de 2016.

<sup>13</sup> Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,eu-era-o-bobo-da-corte-do-governo-disse-marcelo-odebrecht-em-depoimento,70001683598>, acesso em 27 de abril de 2017.





**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

continuidade da prisão de Marcelo Odebrecht. A delação premiada dele e outros executivos do grupo, homologada pelo Supremo Tribunal Federal, no início de 2017, ficou conhecida “delação do fim mundo”.

Avritzer (2016) aponta o surgimento dos casos de corrupção das empreiteiras envolvidas na Lava Jato como consequências da retomada de grandes obras de infraestrutura sem a devida participação social. Para o autor, trata-se do segmento econômico mais estagnado em relação a práticas sociais e econômicas à medida em que as formas de relação entre essas empresas e o governo, estabelecidas nos anos 1950 e 1960, não foram modificadas ao longo do tempo. O autor destaca: “licitações públicas com cartas marcadas, divisão de obras, cartéis e processos generalizados de *kickbacks* de triangulação de recursos fazem parte dessa relação” (2016, e-book).

Embora a fórmula de relacionamento entre Poder Público e empreiteiras seja conhecida há muitas décadas, a Lava Jato, ao revelar detalhes, gravações e números tornou esse funcionamento, de certo modo, mais escandaloso que os demais. A hipótese é isso só foi possível por meio da utilização de uma forte estratégia de Comunicação, capitaneada pelos membros da força-tarefa. As táticas adotadas são descritas em vários momentos do livro *A luta contra a corrupção*, do procurador Deltan Dallagnol. De acordo com o relato, os quatro fatores estruturantes da Lava Jato foram: acordos de colaboração feitos pelo Ministério Público Federal, avanços por fases (pulsos), cooperação entre diversos órgãos nacionais e internacionais e comunicação social (2017, p.121). Segundo o depoimento, o apoio da opinião pública ajudou a enfrentar “poderosos interesses políticos e econômicos, por ser capaz de neutralizar os ataques que vêm de fora do sistema judicial” (2017, p.125). A opinião pública é central, conforme ele detalha em outro trecho:

A estratégia de pulsos, com buscas e apreensões separadas por um período relativamente curto de tempo, foi uma inovação. Essa era uma boa forma de fazer com que a opinião pública não deixasse de acompanhar o desenvolvimento do caso, mantendo seu apoio à investigação (2017, p.90).

Apesar de o procurador afirmar ter vivido uma “guerra de comunicação”, a imprensa, de um modo geral, é percebida, na maior parte do tempo, como aliada. Do relato, depreende-se que o êxito da Lava Jato ao longo do tempo só foi possível pela articulação continuada do escândalo nos veículos de comunicação e, sobretudo, em várias escalas, conseguindo ampliar a investigação para diferentes



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

territórios, além de Curitiba. Com isso, o escândalo se espalhou para outros países, dando uma visibilidade ainda maior à Lava Jato.

De acordo com John Thompson, o *“escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública”* (Thompson, 2002, pg. 40). O autor aponta que para as atividades de corrupção se constituírem como escândalo algumas condições devem ser preenchidas, a saber, tornar-se pública e provocar uma manifestação vigorosa de desaprovação. É preciso ainda que haja a articulação pública de um discurso infamante, ou seja, um *“discurso moralizador que censura e reprovava, repreende e condena, que expressa desaprovação das ações e dos indivíduos”* (Thompson, 2002, p. 48). Nesse sentido, os escândalos político-financeiros pressupõem condições sociais específicas, sendo modeladas pela influência de fatores institucionais, legais e culturais (2002, p.199).

Entender a dinâmica do escândalo é compreendê-lo como um acontecimento capaz de afetar as fontes de poder em virtude de seu potencial devastador na reputação e no índice de confiança de pessoas e instituições. O escândalo se configura enquanto luta pelo poder simbólico que acontecem predominantemente no espaço público. A *“sensibilidade ao escândalo”* pode variar de acordo com os valores e normas morais e culturais de determinado contexto sócio-histórico. Afinal, o escândalo pressupõe certo grau de desaprovação pública e, sobretudo, a articulação pública de um discurso infamante que, na maioria das vezes, se presta aos usos dos meios de comunicação. É neste ponto, em especial, que se ancora o fio condutor para compreensão do escândalo midiático. O que está em jogo é mais do que a honra e o orgulho pessoal. São lutas por reputação, um poder simbólico que deve ser acumulado, cultivado e protegido, conforme destaca o autor.

É importante ressaltar que Thompson se preocupa em afirmar que apesar de o escândalo estar muitas vezes associado à corrupção, suborno e nepotismo, na verdade, são fenômenos diferentes e as relações entre eles são complexas e contingentes. A corrupção só se torna um escândalo quando: (a) se torna pública; (b) se configura um alto grau de censura moral e sensibilidade em relação ao delito cometido e (c) se articula um discurso infamante pois conforme destaca o autor: *“uma revelação de atividades corruptas que não provoque resposta, não provoque uma condenação articulada ou reprovação, não dará origem a escândalo* (Thompson, 2002, pg. 58). Ou seja, a reprovação do ato de corrupção deve ter força suficiente para adquirir ressonância e conseguir desencadear um escândalo.



**COMUNICON2018**  
congresso **internacional**  
**comunicação e consumo**

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Mantê-lo em pauta depende das respostas, da natureza da corrupção, da publicidade gerada bem como dos demais conjuntos de circunstâncias sociais e políticas.

Para Thompson, é por propiciar oportunidades para que as pessoas reflitam sobre considerações éticas e políticas que o escândalo se configura como uma espécie de fábula da moralidade moderna e o acompanhamento de escândalos seja uma fonte de prazer e tópico de conversação. (Thompson, 2002 pg. 107). O escândalo torna-se uma experiência midiática cuja percepção é condicionada pela maneira diferenciada de recepção. O escândalo político seja capaz de minar o capital simbólico do qual o exercício do poder político depende: reputação, sendo esta uma condição tão necessária e importante de eficiência política quanto uma boa organização partidária e forte apoio financeiro. O que entra em cena é a credibilidade das lideranças e a mídia se configura como arena central de disputa pelo poder simbólico.

Thompson entende a maior frequência do escândalo político a partir das transformações nas maneiras e no quanto as atividades dos líderes são avaliadas e radiografadas no domínio público. Não houve um declínio nos padrões morais dos políticos, mas registra-se, de fato, uma mudança nos códigos e convenções morais empregadas na avaliação do comportamento dos políticos e na forma como estes conduzem a vida pública. (Thompson, 2002, pg. 141). Com isso, o escândalo político se tornou uma característica endêmica da política contemporânea e um risco inerente para aqueles que transitam no espaço público

Os escândalos são potenciais esvaziadores de reputação e confiança pelas características desses atributos. A conquista da reputação é um processo de longo prazo. Conseguir o reconhecimento de outros de forma estável depende da construção de uma rede e das apreciações dos outros. Portanto, ela é intrinsecamente contestável e frágil, estando sempre aberta a disputa ou desacordo. A reputação pode ser rapidamente esgotada pelo mau uso. Uma vez perdida, é muito mais complexo recuperá-la. Nas palavras de Thompson, *“a reputação pode ser, em algumas circunstâncias, um recurso não-renovável”*. (Thompson, 202, 298). Assim como a reputação, a confiança não se esgota pelo uso. Pelo contrário, quanto mais é ativada, maior se torna o estoque de confiança. É igualmente frágil e vulnerável, estando sendo sempre sujeita aos efeitos das quebras de confiança. Garantir níveis de confiança, afirma Thompson, é importante porque se trata de um componente importante nas relações e interações sociais. Embora o autor avalie que, em um regime de democracia liberal seja até positivo



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

manter algum grau de suspeita e desconfiança para garantir a fiscalização das atividades dos representantes políticos pelo eleitorado, a desconfiança profunda e generalizada pode levar a consequências contraproducentes.

Thompson conclui que o escândalo se tornou uma característica da vida social e política, sobretudo, pela transformação da natureza do espaço público e dos limites entre as esferas pública e privada. O desenvolvimento de formas midiáticas de comunicação que levou os atores políticos a agirem dentro de um ambiente informacional que é mais intenso, extenso e de difícil controle (Thompson, 2002, pg. 313). Analisar o escândalo como fenômeno, portanto, torna-se uma tarefa complexa em função de seu componente contingencial. Afinal, a sua ocorrência depende do contexto e de um conjunto específico de circunstâncias.

A questão que merece maior aprofundamento é entender as circunstâncias que colocaram um setor econômico na berlinda da opinião pública e como essas empresas buscam novas narrativas e discursos para recuperar suas reputações. Os discursos são reveladores de como o capital econômico se porta diante crises de confiança, colocando-se como vítimas do sistema político e definindo novos padrões de relacionamento e atuação junto ao Poder Público. Práticas de *compliance* são anunciadas como modernizadoras da relação dessas empresas com entes privados. Ao mesmo tempo, ao culpabilizarem o governo vigente, essas companhias se colocam como vítimas de um modelo. O problema, conforme alerta Jessé Souza (2016), é a forma como o debate acerca desse relacionamento é endereçado junto à opinião pública. Para o autor, houve apenas a “‘fulanização’ seletiva ligada à criminalização do PT e de seu governo” (2016, p.111), marcando a ausência de profundidade na discussão midiática acerca da necessidade de maior transparência na relação entre economia e política.

### **Considerações finais**

Ao propor uma *teoria social do escândalo*, Thompson considera o escândalo como um fenômeno social da modernidade cujas características podem variar de acordo com cada nação. Aprofundar a análise acerca da participação das empresas nos escândalos político-financeiros torna-se uma ferramenta para compreensão do relacionamento entre iniciativa privada e Poder Público no



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

sistema democrático. Novas questões surgem nesse quadro. O escândalo da Lava Jato contribuiu para reconfigurar as disputas de poder entre as elites econômicas nacionais? Se sim, em que medida? A partir do momento em que as grandes empreiteiras nacionais têm o capital reputacional e de confiança destituídos, como buscam se reestruturar novamente? Ao mesmo tempo em que reforça o caráter o caráter “amoral” do capital que cedeu “a pressões externas” ou foi tolerante “com práticas de desvios éticos e morais”, a estratégia discursiva adotada por esses atores reforça o seu capital simbólico por meio de um discurso moralizante e, simultaneamente, destitui o capital reputacional da esfera política.

O surgimento de novas palavras de ordem, como conformidade e *compliance*, surgem como tentativas discursivas de controlar o risco de transações ilícitas. A instauração das medidas de conformidades por essas empresas busca calcular, antecipadamente, eventuais danos causados por práticas ilícitas. Ao convocar a sociedade para iniciativas “Por um Brasil Melhor”, a Andrade Gutierrez, por exemplo, convida ao engajamento em prol de uma causa e, ao mesmo tempo, define as diretrizes daquilo que considera corrupção. Vale ressaltar, sempre articulada ao Poder Público. Conforme alerta Souza (2016), a corrupção tem um caráter impreciso e maleável, sendo por isso um mote para distorções da realidade e, como destaca Wedel, as abordagens sobre corrupção, na verdade, tornam ainda mais difícil entender formas contemporâneas e sutis desta prática.

### Referências bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Editora da UFF: 2014.

DELLAGNOL, Deltan. **A luta contra a corrupção**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. São Paulo: Leya Editora, 2016.



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

THOMPSON, John. **O Escândalo Político. Poder e visibilidade na era da mídia.** Petrópolis: Vozes, 2002.

VAZ, Paulo. O destino do fait divers: política, risco e ressentimento no Brasil contemporâneo. In **Revista Famecos**, Porto Alegre, no 35, abril de 2008, pg. 51-60.

WEDEL, Janine R. Rethinking corruption. In **Annual Review of Law and Sociology**, vol. 8, 2012, p. 453-98.